



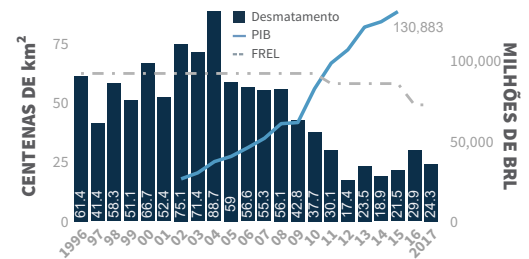
### DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXA EMISSÃO (DRBE) EM RESUMO

- História dos movimentos de base e inovadoras políticas jurisdicionais de desenvolvimento sustentável
- A expansão não regulamentada da fronteira introduziu a ocupação desordenada de terras, crimes e altas taxas de desmatamento, mas também produziu fortes movimentos sociais para combater essas questões
- O Programa Municípios Verdes do Pará (PMV, 2011-2017) consistiu em uma abordagem jurisdicional inicial de DRBE, incluindo incentivos como acesso prioritário a crédito e assistência técnica para municípios que conseguiram ser removidos da lista suja de desmatamento do governo federal
- O Acordo de Pecuária e o Protocolo dos Grãos foram instrumentos bem-sucedidos para envolver o setor privado, a sociedade civil e os órgãos estaduais na redução do desmatamento. O sucesso do Acordo de Pecuária levou à sua expansão para outros estados amazônicos brasileiros
- Nos últimos anos, tem havido esforços para harmonizar o DRBE no estado sob uma estratégia jurisdicional central, com diversas iniciativas anunciadas

<b>MOTORES DE DESMATAMENTO</b>	Pecuária de grande escala Pecuária de pequena escala Agricultura em pequena escala Especulação de terras
<b>MÉDIA ANUAL DE EMISSÕES DE DESMATAMENTO</b>	113,47 Mt CO <sub>2</sub> (2010-2015) <i>Inclui biomassa acima do solo, biomassa abaixo do solo e lixo</i>
<b>ÁREA</b>	1.247.954 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	8.492.218 (2018)
<b>IDH</b>	64,60 (2010)
<b>PIB</b>	US\$ 35,92 bilhões (2015, Ano base 2010)
<b>GINI</b>	0,459 (2015)
<b>PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS</b>	Serviços públicos Comércio Extração de recursos não renováveis
<b>POPULAÇÃO RURAL/URBANA</b>	32%/68%



Fontes de dados: Socioeconômica: IBGE; Desmatamento: PRODES

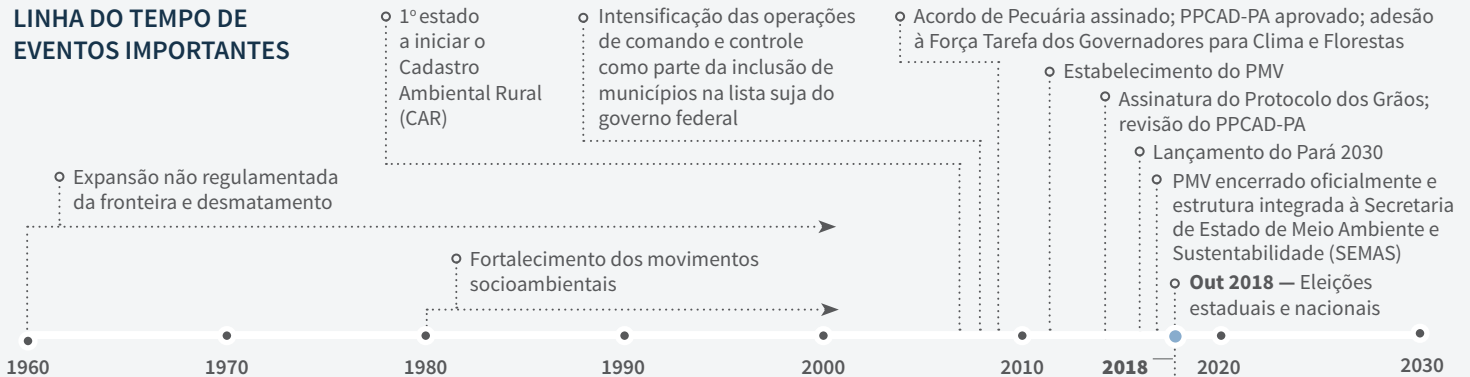


### DESTAQUE EM INOVAÇÃO

O **Acordo de Pecuária** do Pará consiste em uma estrutura de abastecimento sustentável que tem sido fundamental para reduzir o desmatamento e promover a regularização da posse da terra. Impulsionados por acusações e multas de desmatamento aplicadas a suas terras, muitos dos principais frigoríficos e empresas exportadoras do país começaram a negociar com o Ministério Público Federal e com o Governo do Pará, e juntos assinaram o acordo em julho de 2009. Dentro dessa estrutura, o setor privado concordou em acabar com o desmatamento, registrar propriedades fornecedoras no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e interromper a aquisição de gado a

partir de áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e pela Lista Suja do Trabalho Escravo. O acordo também incluiu salvaguardas reforçadas para unidades de conservação e territórios indígenas. O acordo foi posteriormente ampliado a outros estados amazônicos, e, até o momento, assinado por frigoríficos que representam 70% da capacidade de abate. Os principais desafios incluem o monitoramento de fornecedores indiretos e a ampliação do número de matadouros signatários.

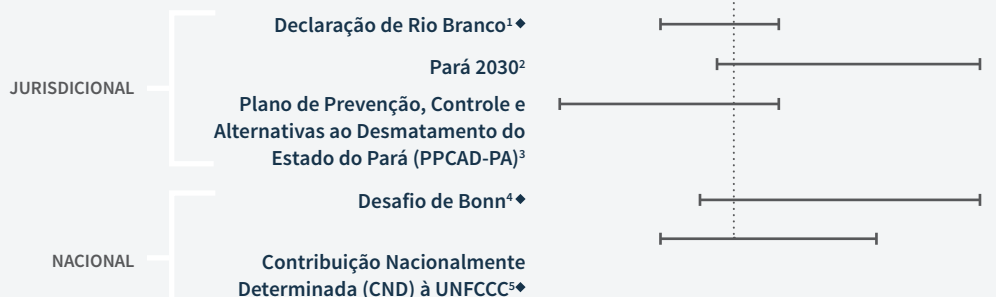
### LINHA DO TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES



### COMPROMISSOS

◆ *Parte de acordo internacional*

- 1 Reduzir o desmatamento 80% abaixo da base de referência.
- 2 Crescimento de 5,3% do PIB por ano e 3 milhões de empregos gerados.
- 3 Reduzir o desmatamento em 80% em comparação com a base de referência.
- 4 Contribuir com a meta nacional: restaurar 12 milhões de hectares de terras desmatadas.
- 5 Contribuir com a meta nacional: redução de emissões de GEE em 37% abaixo dos níveis de 2005 (contribuição estadual não definida).



# INTERVENÇÕES-CHAVE



FINANCIAMENTO	ORGANIZAÇÃO(ÕES) IMPLEMENTADORA(S)	INTERVENÇÃO & FOCO	BENEFICIÁRIOS
NENHUMA	NACIONAL PÚBLICA <sup>1</sup> NACIONAL PRIVADA <sup>2</sup>	Acordo de Pecuária <i>Abastecimento sustentável</i>	Fazendeiros
NACIONAL PÚBLICA <sup>3</sup> ESTADUAL PÚBLICA <sup>4</sup>	ESTADUAL PÚBLICA <sup>4</sup>	Programa Municípios Verdes (PMV) <i>Esclarecimento de posse e incentivos para reduzir o desmatamento</i>	Governos municipais, proprietários de terra
NENHUMA	NACIONAL PÚBLICA <sup>1</sup> ESTADUAL PÚBLICA <sup>3</sup> MUNICIPAL PÚBLICA <sup>5</sup> NACIONAL PRIVADA <sup>6</sup>	Protocolo dos Grãos <i>Abastecimento sustentável</i>	Comerciantes
ESTADUAL PÚBLICA <sup>4</sup>	ESTADUAL PÚBLICA <sup>8</sup>	Pará 2030 <i>Meios de vida rurais, desenvolvimento econômico</i>	Setor privado, municípios, comunidades locais

1 Ministério Público Federal (MPF). 2 Matadouros e frigoríficos. 3 Fundo Amazônia. 4 Governo do Estado do Pará. 5 PMV. 6 Governos municipais de Dom Eliseu e Paragominas. 7 Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e comerciantes. 8 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME).

## PROGRESSO RUMO À SUSTENTABILIDADE JURISDICCIONAL

○ INCIPIENTE   ● INTERMEDIÁRIO   ● AVANÇADO

<b>Estratégia integrada de DRBE</b>	○	<ul style="list-style-type: none"> <li>O PMV, uma estrutura jurisdiccional inicial de DRBE, fornece um exemplo para abordagens atuais a ser criadas e aprimoradas</li> <li>Discussões em andamento para desenvolver um programa central de DRBE jurisdiccional</li> </ul>
<b>Plano espacial</b>	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>Zoneamento Espacial (ZEE) atualizado em 2012 (embora exclua as planícies aluviais de Marajó)</li> <li>Processo pioneiro de planejamento multiautores da BR-163 resulta na incorporação ao ZEE</li> </ul>
<b>Metas de desempenho</b>	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>PPCAD-PA e Declaração de Rio Branco estabelecem metas para reduzir o desmatamento</li> <li>Pará 2030 estabelece metas e incentivos para o crescimento econômico e desenvolvimento agrícola sustentável</li> <li>Não há metas jurisdicionais de restauração</li> </ul>
<b>Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV)</b>	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema estadual Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (CIMAM) monitora o desmatamento via De Olho na Floresta e as emissões de gases de efeito estufa via PREGCEED, mas requer maior aperfeiçoamento</li> <li>Algoritmo do CIMAM detecta o desmatamento em uma escala mais precisa do que o sistema nacional PRODES</li> </ul>
<b>Políticas e incentivos</b>	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Proambiente, um programa inicial do tipo pagamento por serviços ambientais, cresceu de uma iniciativa de base para uma iniciativa federal, mas terminou prematuramente</li> <li>Pará 2030 contém planos econômicos específicos para 14 setores prioritários (por exemplo, pecuária)</li> <li>Programas nacionais para agricultura de baixo carbono (ABC) e agricultores familiares (PRONAF) oferecem crédito para agricultura sustentável</li> </ul>
<b>Governança multiatores</b>	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>O fórum anterior do PMV e processos multiatores específicos (barragem de Belo Monte, rodovia BR-163) fornecem precedente para a governança multiatores</li> <li>Fórum de Mudanças Climáticas recentemente reativado para conduzir o programa jurisdiccional de DRBE</li> </ul>
<b>Agropecuária sustentável</b>	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existem acordos de desmatamento zero com os setores de pecuária e grãos, mas eles não incluem todos os atores e não estão totalmente implementados</li> <li>Fornecedores indiretos de pecuária representam desafios de rastreabilidade</li> </ul>
<b>Povos indígenas e comunidades locais</b>	●	<ul style="list-style-type: none"> <li>Titulação de terras e CAR enfrentam problemas de reivindicações e fraudes simultâneas</li> <li>Consultas inconsistentes com povos indígenas e comunidades tradicionais (CT) Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) para apoiar as CTs originados no Pará em resposta a conflitos</li> </ul>
<b>Financiamento do DRBE</b>	○	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundo Amazônia (BNDES/Noruega) financia 35 projetos para produção sustentável, planejamento do uso da terra, etc.</li> <li>Esforços para atrair financiamento internacional e privado da Iniciativa de Comércio Sustentável (IDH) e outros; resultados limitados até o momento</li> </ul>

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES

### DESAFIOS

- Ocupação de terra descontrolada e falta de cumprimento regulatório criam barreiras à regularização da posse da terra e acesso a financiamento
- Pequenos agricultores têm dificuldade especial para acessar financiamentos devido a altos custos de transação e informalidade
- Políticas continuam valorizando o desenvolvimento econômico tradicional (ex.: mineração, barragens, etc.) com pouco efeitos positivos às comunidades locais
- Políticas de DRBE visam à cooperação intersetorial, mas enfrentam dificuldades para coordenar diferentes setores

### OPORTUNIDADES

- Desafio de Bonn oferece uma estrutura com apoio da comunidade internacional para restaurar grandes áreas de pastagens degradadas (cerca de 3 milhões de hectares no Pará)
- Iniciativas financeiras do setor privado (ex.: royalties de mineração, fundos de compensação de barragens) fornecem uma nova fonte de financiamento
- Interesse crescente por parte de bancos e compradores internacionais que podem oferecer incentivos (ex.: crédito mais barato, prêmios de mercado) aos atores que demonstrarem existir mecanismos de sustentabilidade em vigor
- Inovações-piloto setoriais para melhores práticas agrícolas, intensificação da pecuária e restauração fornecem uma base para estratégia jurisdiccional de DRBE

**CITAÇÃO** | F. Brandão, C. Chan, T. Moreira, F. Fonseca, D. McGrath. 2018. "Pará, Brasil" em C. Stickler et al. (Eds.), *O Estado do Sustentabilidade Jurisdiccional*. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

**REFERÊNCIAS COMPLETAS E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM** [www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability](http://www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability) 2020/04/13

EQUIPE TÉCNICA



COM O APOIO DO



com base em uma decisão do Parlamento Alemão